

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003167-67.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Gerson Antonio Pereira**  
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**GERSON ANTONIO PEREIRA** ajuizou ação (nominada de) **DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DÉBITOS c.c. REVISIONAL DE CONTRATO**, contra **BANCO DO BRASIL S.A.**, alegando, em resumo, que firmou com o acionado contrato de financiamento imobiliário pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (contrato nº 651202946), utilizando-se de subvenções do FGTS, mas que, após quatro anos, recebeu notificação extrajudicial indicando um débito relativo ao referido contrato no importe de R\$ 9.536,14 (nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e quatorze centavos), a ser restituído em até 30 dias ou incorporado ao saldo de financiamento e diluído nas prestações seguintes, sob a justificativa de que houve concessão indevida de valores, o que implicou no recálculo dos subsídios concedidos. Pleiteia, assim, a declaração de nulidade do referido débito, com a devolução em dobro de eventuais valores descontados.

Citado, o requerido apresentou contestação arguindo, preliminarmente, ilegitimidade passiva, falta de interesse de agir e inépcia da petição inicial, além de denunciar à lide a Caixa Econômica Federal e a União Federal. No mérito, rebateu a pretensão do autor, alegando que, por auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), foi localizada divergência entre a renda utilizada na contratação e aquela registrada nas bases de cálculo do FGTS, o que determinou ao acionado a tomada de providências com relação à regularização contratual.

**Breve é o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra, por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

As defesas processuais apresentadas não merecem acolhida.

A petição inicial não padece de inépcia. Foi elaborada com observância dos requisitos legais e contém pedido claro. Tanto assim, que possibilitou ao acionado a apresentação de ampla defesa.

A hipótese não se subsume à regra do artigo 330, § 2º, do Código de Processo Civil, pois o autor não impugna cláusula alguma do contrato, nem postula redução de seu valor. Volta-se, sim, contra cobrança específica, materializada na notificação de pág. 60, circunstância, aliás, bem delineada na peça inicial.

Não prospera, também, a alegação de ilegitimidade passiva. Basta que se considere que a cobrança foi assestada ao autor pelo BANCO, sem participação de outros entes. Bem por isso, o pedido de denunciação da lide à Caixa Econômica Federal e da União deve ser indeferido.

Embora não se desconheça que, *ex vi lege*, os valores em discussão teriam origem

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vinculada ao FGTS e ao Ministério das Cidades, o acionado não apresentou, como se verá, comprovação alguma acerca da origem da suposta dívida.

Por conta disso, rejeita-se a denunciação da lide e a arguição de incompetência.

Afasta-se, ainda, a impugnação ao benefício da justiça gratuita, vez que o acionado não trouxe aos autos qualquer elemento de convicção capaz de infirmar hipossuficiência alegada na petição inicial e reconhecida na decisão de págs. 61/62. Destaque-se, quanto à esse tópico, a renda mensal do autor consignada no contrato assinado entre as partes (pág.15), compatível com a benesse da gratuidade.

Por fim, não prospera a preliminar de falta de interesse de agir. O autor volta-se contra cobrança do acionado, reputando inexistir a dívida indicada. Não consta que o acionado lhe apresentado qualquer possibilidade de solução à lide, sem esta ação judicial. Bem delineado, portanto, o interesse processual.

No mérito, o pedido inicial deve ser julgado procedente.

Argumenta o autor que recebeu notificação do acionado, acerca de cobrança de valores relativos ao contrato de financiamento habitacional firmado entre as partes.

Não há controvérsia sobre o cumprimento do contrato, cujas parcelas estão, conforme informado, sendo quitadas como pactuado.

A impugnação do autor diz respeito à cobrança que lhe foi encaminhada, pelo BANCO, sob o argumento de que relatório de Gestão do FGTS teria apontado a concessão indevida de desconto, quando do financiamento.

Argumenta o autor que não reconhece a dívida e que a situação ali delineada, para justificar sua origem, também lhe seria alheia.

Diante desse quadro, em que o suposto nega alega desconhecer a dívida, cabia ao acionado a apresentação de esclarecimentos convincentes sobre a alegada dívida, acercada da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documentação pertinente.

Isso, todavia, não ocorreu, pois o requerido não apresentou esclarecimentos convincentes sobre a cobrança realizada, limitando-se a repisar que tinha origem em dados informados pelo relatório de gestão do FGTS e pela Controladoria Geral da União.

Documento algum, proveniente dessas entidades, foi trazido aos autos.

Sequer se tem ideia de como se teria chegado a esse valor.

Como se vê, o autor tem razão ao reclamar quanto à inexistência de esclarecimentos por parte do acionado.

Relembre-se que o artigo 434, do Código de Processo Civil, dispondo sobre a prova documental, expressamente prevê que "*incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados à provas suas alegações*".

No caso dos autos, o autor apresentou comprovação da cobrança que recebeu. Caberia ao acionado, na mesma diretriz, demonstrar ao juízo a existência e origem da dívida, o que não ocorreu.

Pertinente realçar que o acionado, dizendo-se credor, sequer esclareceu quais seriam os dados que embasariam a pretensa cobrança. Por isso, relevante que trouxesse aos autos a planilha de cálculo da alegada dívida, como reclamado pelo autor, o que também não ocorreu.

Nessa ordem de ideias, tem-se, não comprovada, pelo requerido, a origem e a efetiva existência da dívida cobrada, devem ser acolhidas as assertivas iniciais do autor, de que a cobrança é indevida.

Na situação delineada, não se haveria de exigir do autor a produção de outras provas, senão as já apresentadas.

Não há que se falar, contudo, em danos materiais ou restituição em dobro dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

valores pagos pois, como delineado na decisão inicial, não há comprovação de efetivo pagamento em favor do acionado. Por isso, também não configurada a hipótese do artigo 940, do Código Civil, ou do artigo 42, parágrafo único, do CDC.

*Em suma*, o pedido inicial deve ser acolhido, em parte, apenas com exclusão dos pedidos de revisão do contrato e repetição de valores.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **GERSON ANTONIO PEREIRA** contra **BANCO DO BRASIL S/A.**, acolhendo a pretensão inicial, para declarar a inexigibilidade da cobrança indicada na petição inicial (notificação de pág.60 - contrato nº 651202946). **Rejeitados**, nos termos da fundamentação, os demais itens do pedido inicial. Sucumbente de modo majoritário, responderá o acionado pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, atualizado.

**P.R.I.**

Araraquara, 08 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**